



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1613992 - DF (2019/0329620-3)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : ADAMASTOR CASTRO E LINO DE ANDRADE JÚNIOR**  
**ADVOGADOS : ARTUR ALEXANDRE GADÊ NEGÓCIO OLIVEIRA - DF015016**  
**ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA NETO - DF031401**  
**MARIANA LOPES DE SOUZA - DF053729**  
**BENEDITO DIAS DOS SANTOS - DF008343**  
**AGRAVANTE : EUGENIO MONTEIRO DA SILVA**  
**ADVOGADOS : EDUARDO DE VILHENA TOLEDO - DF011830**  
**MARCUS VINÍCIUS DE CAMARGO FIGUEIREDO - DF020931**  
**JOSE FRANCISCO FISCHINGER MOURA DE SOUZA - DF048277**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

### DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por EUGENIO MONTEIRO DA SILVA em desfavor de decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que os réus foram condenados pela prática do crime descrito no artigo 158, § 1º, do Código Penal (extorsão). O acusado Adamastor Castro e Lino de Andrade Júnior fora sentenciado à pena de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais 18 (dezoito) dias-multa. O denunciado Eugênio Monteiro da Silva fora condenado à reprimenda de 7 (sete) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão, em regime semiaberto, e ao pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa. As penas pecuniárias de ambos foram fixadas no mínimo legal. Os réus ainda tiveram decretada a perda do cargo público, com fundamento no artigo 92, inciso I, alínea "b", do Código Penal.

O recurso da defesa foi parcialmente provido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para o redimensionamento das penas corporais, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1362):

**PENAL E PROCESSO PENAL. EXTORSÃO EM CONCURSO DE AGENTES. PRELIMINARES REJEITADAS. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DOSIMETRIA. RECONHECIMENTO DE AGRAVANTE NÃO DESCRITA NA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. NÃO OCORRÊNCIA. PARTICIPAÇÃO DE MENOR**

IMPORTÂNCIA. INVIABILIDADE. PROVIMENTO PARCIAL.1. Não há nulidade quando não ocorreram irregularidades na fase inquisitorial e as provas judiciais foram contraditadas pelas partes durante a instrução processual, sendo produzidas com supedâneo nos princípios constitucionais e ditames legais, não se verificando, no caso concreto, eventual prejuízo para os litigantes ou para a apuração da verdade real.2. Não vinga o pleito de absolvição, se há prova suficiente da materialidade e autoria do delito de extorsão praticado em concurso de agentes, especialmente em razão da longa investigação com apreensão de documentos, corroboradas pelas declarações da vítima e das testemunhas presenciais.3. Não ofende o princípio da congruência o reconhecimento, pelo juiz, de circunstância agravante não descrita na denúncia (arts. 385 e 387, inc. I, do CPP).4. Afasta-se a causa especial de aumento de pena relativa ao emprego de arma de fogo, no crime de extorsão, se o emprego de artefato para constranger ou ameaçar a vítima não é confirmado judicialmente pelos elementos probatórios.5. Não pode ser considerada participação de menor importância a conduta do agente que está presente em todos os momentos da prática criminosa ao lado do comparsa, concorrendo para o delito com clara consciência da conduta do corréu, sendo irrelevante que não tenha efetivamente exercido a grave ameaça a fim de constranger a vítima.6. Recursos conhecidos. Negou-se provimento ao recurso do Ministério Público. Deu-se parcial provimento aos recursos dos réus.

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (e-STJ, fls. 1416):

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CRIMINAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO E DA DOSIMETRIA DA PENA.IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ALEGADOS.REJEIÇÃO.1. Não se verificando a ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão apontadas pelos embargantes, que na verdade pretendem a reapreciação da prova e a reanálise da dosimetria da pena, a fim de alterar o resultado do julgamento contrário às suas pretensões, o que se mostra inviável na estreita sede dos embargos de declaração, devem ser estes rejeitados.2. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

Na petição de recurso especial de EUGENIO MONTEIRO DA SILVA, alega-se:

a) a contrariedade aos arts. 18, 155 e 381, III, todos do Código de Processo Penal, em razão de os acórdãos utilizarem como fundamento para a condenação um pendrive que não foi juntado aos autos; b) a contrariedade ao art. 158 e a negativa de vigência ao art. 14, inciso II e parágrafo único ambos do Código Penal, tendo em vista que o

crime pelo qual o foi condenado é tentado, e não consumado, tendo, ainda, apresentado dissídio jurisprudencial; c) a negativa de vigência ao art. 29, § 1º do Código Penal, em razão do reconhecimento da participação de menor importância.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial de EUGENIO MONTEIRO DA SILVA, às fls. 1561/1564, afirmando que se encontram presentes os óbices das Súmulas n. 7/STJ, n. 211/STJ e n. 282/STF.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial de ADAMASTOR CASTRO E LINO DE ANDRADE JÚNIOR, às fls. 1556/1559, afirmando que se encontram presentes os óbices das Súmulas n. 7/STJ e n. 282/STF.

Agravo em recurso especial de ADAMASTOR CASTRO E LINO DE ANDRADE JÚNIOR, às fls. 1569/1579.

Agravo em recurso especial de EUGENIO MONTEIRO DA SILVA, às fls. 1569/1579.

Contraminuta de MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS ao agravo em recurso especial, às fls. 1618.

Parecer ministerial proferido nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 1643):

*AGRAVOS EM RECURSOS ESPECIAIS.  
PROCESSUAL PENAL. EXTORSÃO MAJORADA.  
CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO  
ESPECÍFICA DE UM DOS FUNDAMENTOS LANÇADOS  
NA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. Pelo não  
conhecimento dos agravos.*

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo eis que tempestivo e impugnou os fundamentos da decisão recorrida.

Passo à análise do recurso especial.

Não merece provimento a pretensão recursal.

Primeiramente, no que tange à alegada contrariedade aos arts. 18, 155 e 381, III, todos do Código de Processo Penal, em razão dos acórdãos utilizarem como fundamento para a condenação um pendrive que não foi juntado aos autos, a decisão destacou (e-STJ, fl. 1371):

*Em geral, delitos envolvendo servidores da polícia  
judiciária são complexos, cometidos de forma clandestina,  
de difícil apuração pelos meios tradicionais de  
investigação, haja vista que além de se utilizarem da  
autoridade pública para facilitar a prática dos crimes, esses  
agentes têm acesso a informações sigilosas, aos sistemas*

policiais e a recursos tecnológicos, como: computadores, rádios, telefones públicos (orelhões) e das incorporações públicas, celulares com vários chips, aplicativos para trocas de conversas escritas, entre outros. Na hipótese, as investigações foram desarquivadas pelo encontro fortuito de provas indiciárias. **A busca que resultou na apreensão do pen drive foi determinada por ordem do juiz competente em outra ação penal (autos n.2013.01.1.024113-0).** No que diz respeito ao procedimento adotado, o relatório policial (n. 46/20013-SIO/DI/CGP - fls. 200/219) se desincumbiu de transcrever os diálogos pertinentes, indicando os dados necessários à identificação das conversas que interessavam à investigação e com a reprodução dos documentos capturados. **Além disso, o Ministério Público acompanhou as diligências e o resumo da operação, que foram devidamente processados e documentados.** No mais, dentro dos parâmetros e procedimentos previstos na legislação, a aludida prova inquisitorial foi compartilhada com o presente processo, em atendimento ao pedido formulado pelo órgão ministerial acusatório (fls. 196/197). Por conseguinte, após as providências preparatórias, foi oferecida e recebida a denúncia (fl. 279), tendo o feito tramitado com observância dos ritos estabelecidos em lei. No curso desse processo, não obstante o conteúdo do pen drive tenha subsidiado o desarquivamento do inquérito policial, a defesa de Adamastor Castro E Lino de Andrade Júnior apresentou resposta à acusação optando por negar os termos da inicial, mas usufruindo da estratégia jurídica de postergar sua manifestação sobre o mérito para o fim da instrução processual. Arrolou, por fim, as mesmas testemunhas do Ministério Público, mas nada argumentou a respeito do dispositivo removível (art. 396-A, caput, do CPP) (fls. 316/318). Na sequência, as provas foram judicializadas, e na fase das diligências finais complementares (art. 402, CPP), conforme se verá a seguir, a defesa do denunciado Adamastor Castro E Lino de Andrade Júnior requereu juntada de documentos, mas novamente não questionou a (in)dispensabilidade de acesso ao conteúdo integral do pen drive. Nesse trilhar, a defesa se quedou inerte ao longo de todo o processo, e somente suscitou a necessidade de vista do conteúdo do pen drive por ocasião da oferta das alegações finais por memoriais. Diante disso, é certo que o apelante Adamastor Castro E Lino de Andrade Júnior deixou operar o instituto da preclusão temporal-lógico-consumativa, significando que após o transcurso do prazo legal e diante da incompatibilidade com outros atos anteriormente praticados, a insurgência sofreu o efeito convalidador do silêncio eloquente das partes (STJ, HC 446.340/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 10/08/2018). **De qualquer maneira, não se poder perder de vista que o processo penal é regido pelo princípio**

***pas de nullité sans grief; não devendo ser declarada nulidade quando não se demonstrar o prejuízo para os litigantes ou para a busca da verdade real (art. 563, CPP). Na hipótese, não vislumbro prejuízo para os réus, primeiramente porque a faculdade de requer documentos processuais deve se restringir àqueles que são relevantes à apuração dos fatos e, no caso, o pen drive foi apreendido em outra ação penal da qual do réu Adamastor Castro E Lino de Andrade Júnior faz parte, onde certamente teve o acesso agora almejado. Demais disso, durante a instrução processual, os réus conseguiram apresentar suas teses, as quais serviram para formar o devido convencimento do Juízo, regular destinatário da prova (art. 404, CPP). Portanto, tenho como regular o andamento do processo, não despontando a ocorrência de nulidade, sobretudo porque a defesa não impugnou em tempo oportuno a necessidade de juntada do pen drive apreendido, de modo que inexistindo situações anômalas capazes de ferir as garantias constitucionais, merece ser afastada a preliminar.***

Com efeito, "em se tratando de nulidade relativa, nos termos do art. 245 do CPC/73, deve esta ser arguida na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos. Assim, diante da inércia do interessado quanto às supostas irregularidades na perícia, operou-se a preclusão." (EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1781593/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019)

Ademais, "nesse contexto, em tema de nulidade de ato processual, vigora o princípio *pas de nullité sans grief*, segundo o qual, o reconhecimento de nulidade exige a comprovação de efetivo prejuízo (art. 563 do Código de Processo Penal). Foi, desse modo, editado pelo Supremo Tribunal Federal o enunciado sumular n. 523, que assim dispõe: No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu. Nessa linha, a demonstração do prejuízo sofrido pela defesa é reconhecida pela jurisprudência atual como imprescindível tanto para a nulidade relativa quanto para a absoluta." (AgRg no REsp 1763168/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 04/11/2019)

No caso concreto, além da ocorrência de preclusão quanto à ausência de pendrive nos autos, tendo sido respeitados o contraditório e a ampla defesa, a parte recorrente não demonstrou quais seriam os prejuízos sofridos. Assim, não há que se falar em nulidade, em razão da ausência de prejuízo.

No que tange ao argumento de que o crime pelo qual o ora recorrente foi condenado é tentado, e não consumado, trata-se de matéria não analisada pela Corte

de origem, atraindo o óbice das Súmulas n. 282/STF e n. 356/STF.

Por fim, quanto ao pleito relativo ao reconhecimento da participação de menor importância do ora recorrente, a decisão destacou (e-STJ, fl. 1382):

*Não merece acolhimento, nessa perspectiva, o pleito de Eugênio Monteiro da Silva de reconhecimento da participação de somenos importância (STJ, AgRg no HC 429.695/AC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 30/08/2018) (TJDFT, Acórdão n.1113650, 20170610089843APR, Relator: WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR, Revisor: DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 19/07/2018, Publicado no DJE: 06/08/2018. Pág.: 223/226).*

***De forma objetiva, as contribuições materiais e morais do recorrente Eugênio Monteiro da Silva foram significativas e efetivas para o crime patrimonial planejado, implicando censura jurídica equivalente àquele que exerceu a grave ameaça sendo irrelevante qual dos dois comparsas teve atuação direta em constranger a vítima para que ela entregasse numerário que seria posteriormente repartido entre os corréus. Nesse diapasão, o Juízo de piso impecavelmente entendeu que os dois autores apresentaram vontade homogênea visando o mesmo resultado criminoso, daí porque corretamente aumentou a sanção definitiva de ambos em 1/3 (um terço), sendo estabelecida para Adamastor Castro e Lino de Andrade Júnior no patamar de 7 (sete) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão, e para Eugênio Monteiro da Silva em 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão.***

A decisão vergastada afastou o reconhecimento da participação de menos importância do réu e, rever o referido entendimento requer a análise do contexto fático-probatório da demanda, obstado na via eleita por expresso óbice da Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik  
Relator